

# **O ENSINO AGRÍCOLA E A INSERÇÃO DE MULHERES E HOMENS NO MUNDO DO AGRONEGÓCIO**

**Oldênia Fonseca Guerra<sup>1</sup>**  
**Maria do Carmo Alves do Bomfim<sup>2</sup>**

## **INTODUÇÃO**

Este trabalho é resultado de um processo de reflexão a cerca de nossas experiências cotidianas (minhas e de muitas/os colegas de trabalho) enquanto trabalhadoras/es de escolas agrícolas, espaço retratado culturalmente como “lugar de homem”. A proposta inicial foi analisar como se processam as relações de gênero na educação profissional de nível técnico, com habilitação em agropecuária, da rede federal, no estado do Piauí.

O ponto de partida foi dado a partir da seguinte pergunta: de que forma são construídas as relações entre homens e mulheres no contexto das escolas agrícolas piauienses? Depois desse questionamento inicial, outras indagações correlatas foram surgindo, o que possibilitou uma abordagem dialética e multidisciplinar do nosso objeto de estudo.

Dentro do amplo campo em que o estudo das relações de gênero foi abordado, verificou-se a existência de nexos existentes entre o setor da formação e o setor da produção agropecuária: de um lado as escolas voltadas “naturalmente” para atender a um público masculino e do outro, os empregadores que não disponibilizam alojamento feminino (assim como as escolas) e vêem nos homens as habilidades necessárias para desempenhar a função de técnico agrícola. Neste contexto, as mulheres encontram dificuldades para se inserirem profissionalmente como técnicas agrícolas bem como para tornarem-se empreendedoras no campo do agronegócio, atividade que desponta como uma das potencialidades do estado piauiense.

## **METODOLOGIA**

A escolha pelo nível técnico do ensino agrícola da rede federal deve-se à maior abrangência desta modalidade no estado, sendo composta por três escolas vinculadas à Universidade Federal do Piauí, localizadas nos municípios de Teresina, Floriano e Bom Jesus, o que representa a possibilidade de delimitar uma amostra significativa da

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação / professora da UFPI/CABJ

<sup>2</sup> Doutora em Educação / professora UFPI/CCE

população piauiense inserida nestas escolas, uma vez que estas abrangem o norte (Teresina), o centro sul (Floriano) e o extremo Sul do estado (Bom Jesus). Juntos, os colégios agrícolas pesquisados representam 75 % da oferta de ensino agrícola de nível técnico existente no Estado do Piauí<sup>23</sup>

Como as três escolas vinculadas à UFPI foram criadas em épocas bem distintas, foi necessário fazer um recorte de tempo que englobasse o mesmo período para todas elas. Optei, então, por privilegiar a última década, 1993 a 2003, período em que todas estavam em pleno funcionamento. Neste mesmo período pude ingressar no corpo docente do Colégio Agrícola de Bom Jesus, passando a conhecer os aspectos comuns e as especificidades de cada uma delas, o que favoreceu a minha incursão como investigadora nestes espaços.

Procurando coletar dados que respondessem à questão direcionadora deste trabalho, “como são construídas as relações de gênero no âmbito das escolas agrotécnicas federais do Piauí?”, selecionei uma amostra aleatória composta por:

- 16 professores/as que atuam/atuaram no ensino técnico agrícola, sendo 05 em Teresina, 05 em Floriano e 06 em Bom Jesus. Dentre estes, 02 mulheres e 14 homens.
- 99 alunas/os ingressos ou egressos do curso técnico em agropecuária, dos/as quais foram 40 de Teresina, 28 de Floriano e 31 de Bom Jesus. Do total pesquisado, 29 são mulheres e 71 são homens.
- 06 Empregadores homens do setor do agronegócio na região do cerrado sul piauiense, maior pólo empregador de trabalho agrícola no Estado do Piauí.

Os instrumentos utilizados para coletar dados foram: questionários, entrevistas semi-estruturadas e observação livre. Além disso, foi realizada análise de documentos internos das escolas e de documentos pertencentes aos sujeitos pesquisados. Durante todo o processo da pesquisa, a metodologia empregada foi sendo alternada, corrigida, reformulada, num processo de retroalimentação constante.

De posse dos dados coletados, procedi à organização e à análise das mesmas com base nos objetivos que nortearam este estudo e no referencial teórico que o fundamenta. A partir da constatação empírica da realidade pesquisada, apresentamos as nossas considerações sobre a questão estudada, esperando que estas transformem-se em

---

<sup>23</sup> A Fundação Pe. Antônio Dante Civieri- FUNACI- é responsável pelo restante da oferta desta modalidade de ensino no Estado do Piauí. Funciona em sistema de alternância, onde o aluno passa uma parte do tempo adquirindo conhecimentos “teóricos” e, na outra parte do tempo, volta para casa para “aplicar” tais conhecimentos, sob o constante acompanhamento dos monitores.

contribuições para o entendimento e para as transformações das relações de gênero no setor da educação profissional e da agropecuária.

## MULHERES, HOMENS E O AGRONEGÓCIO

O campo da agropecuária carrega consigo o estigma de ser um trabalho desqualificado em decorrência de ter sido caracterizado na sua origem, como uma atividade voltada para a manutenção da vida (ARENDR,2001). Foi chamada de agricultura familiar ou agricultura de subsistência exatamente por ser conduzida de forma bastante rudimentar, em geral, pelo núcleo familiar, com pouco ou nenhum auxílio tecnológico para viabilizar maior e melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais envolvidos nas atividades realizadas.

Nos dias atuais, mesmo tendo incorporado os avanços tecnológicos e estar sendo desenvolvido por grandes grupos empresariais, ainda há um ranço da visão preconceituosa inicial de que o trabalho no campo desqualifica aqueles “que realmente pegam no pesado”, apesar de, contraditoriamente, apontarem a importância social e econômica da agricultura e da pecuária para toda sociedade.

Coexistem, neste Estado e nas regiões onde estão inseridas as escolas pesquisadas, exemplos contraditórios de práticas agrícolas: de um lado, o pequeno produtor rural que, juntamente com a família, cultiva de maneira bem arcaica apenas o suficiente para o sustento da família, e às vezes, nem consegue se manter sozinho, sendo necessário o auxílio governamental através dos programas assistenciais como Cesta Básica, Frente de Emergência, Bolsa-Escola, Fome Zero, dentre outros. Por outro lado, assiste-se ao aparecimento de empresas de grande e médio porte ligadas ao agronegócio, usuárias de modernas tecnologias para otimizar seus serviços e seus produtos.

O resultado deste contraste é uma grande parcela de produtores rurais que vive em situação de pobreza e de miséria, e uma pequena elite de empresários bem sucedidos, responsáveis, em parte, pela profissionalização da agropecuária e também pela precarização do trabalho agrícola.

O agronegócio é um dos setores que mais cresce no Brasil, contribuindo decisivamente para a elevação do superávit comercial. Só nos últimos doze meses (agosto-2003/agosto-2004) o país exportou 32 bilhões de reais em produtos de origem vegetal e animal. Até o final de 2004, o setor deve movimentar 172 bilhões de reais e, segundo estimativas do Governo Federal, a previsão é que as exportações no campo do

agronegócio ultrapassem os 50 bilhões de dólares nos próximos 5 anos (Rede Globo-Bom Dia Brasil/ Jornal Nacional, em 06/09/04)

No Piauí, a exemplo do restante do país, o setor do agronegócio teve um crescimento significativo após a exploração em larga escala dos cerrados, o que elevou a produção de grãos de 89. 944 toneladas em 1994 para 391.814 toneladas em 2003 (APTAQ – Associação dos produtores das Terras Altas do Quilombo). Com este desempenho, cresceram também as expectativas com relação ao campo de trabalho e elevou-se assim, a imagem construída pelas pessoas sobre a agricultura.

Os Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus (sobretudo os dois últimos) foram, de certa forma, beneficiados por esta expansão da agricultura, uma vez, que ratificou a necessidade da qualificação técnica para atuar profissionalmente neste campo.

Estas escolas, estando situadas em regiões de cerrados ou próximas a estes, fazem parte de uma grande cadeia produtiva ligada ao agronegócio. Segundo seus dirigentes, há a necessidade de integrar o setor de formação ao setor de produção, com vistas à reformulação da matriz curricular e do perfil de conclusão de curso, de acordo com as demandas do setor produtivo.

Visto como um trabalho desqualificado por alguns sujeitos (feito pelos pobres e pelos menos escolarizados), a agropecuária ainda é concebida como uma atividade essencialmente masculina por outros, apesar do significativo aumento da participação feminina na área. Essa “abertura” é percebida pelas próprias escolas, conforme relata este professor:

“Hoje as mulheres estão muito presentes nos cursos de agronomia e de veterinária(...) trabalhando com pesquisa. Na pesquisa já tem muita mulher mesmo. Aqui mesmo, até algum tempo, não tínhamos uma mulher no curso técnico. Hoje elas estão quase do mesmo tanto que os homens. Então, cresceu muito a participação da mulher no nosso meio. Isso é bom. Dá um toque de feminilidade no meio desta machaiada”. (professora 14)

A exemplo do que acontece nas escolas de formação agrícola, o mercado do agronegócio também é predominantemente masculino. A esse respeito, o empregador, abaixo mencionado, dirigente de uma influente associação de produtores dos cerrados da região de Bom Jesus, tenta explicar a inexistência de mulheres no quadro dos 66 produtores homens associados:

“Não é que não tenha mulher produzindo nos cerrados, a questão é que geralmente elas fazem mais o trabalho de apoio. Geralmente são os homens que tomam a iniciativa, que fazem os empréstimos nos bancos, que monta as empresas. São eles mesmo que estão na frente dos negócios. Mas as mulheres também estão lá, participando de tudo, ajudando a administrar os negócios e a família...” (empregador 06).

A respeito das operações de empréstimo feitas junto às instituições bancárias citadas na fala do empregador acima, é interessante reiterar que os contratos celebrados entre as instituições bancárias e os usuários têm favorecido tradicionalmente mais o sexo masculino. Isto deu aos homens maior poder de capitalização econômica e, conseqüentemente, maior poder de decisão política, além de favorecer nestes o empreendedorismo requerido pelo mundo dos negócios.

Segundo um gerente de um grande banco oficial, isso ocorria porque “antigamente o banco negociava com “o cabeça” da família. Era o homem quem podia dispor dos bens da família. Geralmente os bens dados em garantia para fazer algum empréstimo estava em nome do homem. Essa situação mudou depois do novo código civil que reconhece os direitos das mulheres igual ao dos homens. Hoje se a minha mulher quiser fazer um negócio no banco, ela pode fazer. É um direito dela”.

Essa mudança já é refletida, segundo o mesmo gerente, nos contratos financiados com recursos do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar – onde as mulheres têm tido uma participação significativa. Todavia, o aumento da presença feminina nos programas de crédito agrícola não significa que estejam representados proporcionalmente. Os homens ainda são maioria entre os clientes que têm acesso ao financiamento agrícola.

Se, por um lado, os grandes projetos são empreendidos mais pelos homens, por outro lado, os pequenos negócios são atribuídos, com maior freqüência, às mulheres. Dentre estes, pode-se destacar-se a produção e comercialização de: verduras, legumes, frutas, galinhas, ovos, queijos, manteiga, doces, conservas, tapioca, massa, cestos etc. Esse trabalho é percebido inclusive pelas mulheres, como importante para a sobrevivência familiar, mas não para a ascensão econômica e social.

Os relatos mostram que a expectativa dos homens com relação ao desenvolvimento do agronegócio é maior do que a feminina.

“Eu decidi fazer esse curso pelo fato de eu gostar de mecher com pecuária, máquinas agrícolas, plantações e outras. Por isso eu decidi fazer o curso técnico em agropecuária para obter um aprendizado melhor para poder produzir bem no nosso terreno. Produzir

gado de leite, aqui tem meses que falta leite. Se a gente produzir com tecnologia, com melhoramento genético, dá para vender o leite e seus derivados. Tem sustentabilidade, como diz o professor...ou então,quem sabe, montar um outro negócio: peixes, suíno...o difícil mesmo é arrumar o dinheiro pra começar. (aluno 49)

“Eu não penso em viver disso. Eu quero é passar no vestibular. Se eu não passar, vou arrumar outro emprego. Técnico agrícola não dá futuro não, ainda mais trabalhando para os outros”. (aluna 60).

Os relatos demonstram que os papéis vivenciados pelas mulheres no campo da agropecuária não funcionam como “atrativos” para as futuras gerações. Ao contrário, desencadeia nessas sentimentos de preocupação com um futuro que, de antemão, não parece tão promissor. Isso ocorre em razão do processo de socialização diferenciado para mulheres e para homens, o que é determinante para estabelecer comportamentos, habilidades e aptidões evidenciados por ambos no campo da agropecuária – seja no espaço da produção ou da formação.

Essas aptidões foram construídas na família, no trabalho, na escola, nas práticas socializadoras que destinavam às mulheres o espaço do privado e aos homens, o público. O público é o palco das relações coletivas, da política, dos negócios. Portanto, como afirma Auri Donato Cunha (200.p. 131), “no que concerne à comercialização agrícola, ao mundo dos negócios, a predominância, salvo raras exceções, ainda é masculina. O mundo dos negócios dos números foi interiorizado pelas famílias como mais adequado aos homens”. As próprias mulheres tendem a interiorizar essa prática como natural, desconsiderando que a aptidão para os negócios não é algo inerente apenas ao homem, mas que pode ser bem desenvolvida por homens e por mulheres. Dessa forma, “tanto as mulheres quanto os homens são capazes de realizarem as tarefas na produção agrícola e na comercialização. O que determina habilidades e aptidões, em ambos os espaços, são as necessidades da família e as relações sociais que se estabelecem no interior da mesma, que podem se caracterizar por serem de equidade ou de subordinação...” (CUNHA, 2002, p. 132).

Diante desta situação, as escolas de formação agrícola têm uma importância estratégica para reverter o processo de socialização vigente: possibilitar uma formação que prepara competentemente as mulheres para o mundo do agronegócio e, ao mesmo tempo, fazê-las acreditar que é possível construir uma sociedade com oportunidades iguais para homens e para mulheres, tanto no campo quanto na cidade.

## A INSERÇÃO DO/A TECNICO/A AGRÍCOLA NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção do técnico/a agrícola no mercado de trabalho em grande parte se dá através da escola. Como já foi dita anteriormente, os colégios agrícolas mantêm-se integrados ao setor produtivo, por conta de uma espécie de “acordo tácito”, onde os primeiros repassam conhecimentos tecnológicos, assessoria técnica aos produtores rurais. Em “troca”, estes lhes disponibilizam espaços para as atividades de campo, para os estágios e para futuras contratações.

O estágio curricular é uma exigência do curso e é feito em duas etapas: o interno – feito na própria escola, e o externo – feito em outros espaços, incluindo fazendas, empresas de planejamento e assistência técnica rural-públicas como EMATER, EMBRAPA – ou privadas, empresas do setor do agronegócio, cooperativas, associações. Muitas vezes, os/as alunos/as que são encaminhados pelas escolas para fazer estágio numa fazenda/empresa terminam sendo contratado/as para o quadro de funcionários desta.

Vale lembrar, que de acordo com relatos dos/as entrevistados/as, as mulheres têm “preferido” ficar nos escritórios, nas atividades mais burocráticas, ou então, “faz corpo mole, não querem botar a mão na massa” (professora 09), o que limita as possibilidades de garantir um emprego futuro. Além disso, os próprios “proprietários não querem receber mulheres para estagiar, que dirá, para empregar” (professora 09).

Os proprietários utilizam ainda outra forma de recrutamento de técnicos agrícolas: solicitam diretamente às três escolas pesquisadas a indicação de “bons técnicos” para trabalharem em seus empreendimentos. Nesse momento, as escolas federais uma vez reproduzem as discriminações de gênero, na medida em que tem indicado, quase que exclusivamente, técnicos homens para preencherem as vagas solicitadas. Essa indicação, geralmente é feita pelo diretor da instituição. Todos os diretores e ex-diretores entrevistados confessaram que normalmente os nomes indicados são masculinos, a exemplo do que falou esse ex-diretor:

“... que eu me lembro eu nunca indiquei o nome de nenhuma aluna não. Quem já mais indicou técnicos aqui para o mercado de trabalho fui eu. Mas confesso a você que assim, rapidamente, eu não lembro de já ter indicado uma mulher não. Justamente por isso: a mulher fica mais voltada para o ensino médio e você quando indica um técnico você carrega a responsabilidade. Aquela responsabilidade, se eles te consultam, você indica os mais eficientes e os mais vocacionados. Além disso, eles levam também na

bagagem o nome do colégio. E as mulheres ainda não tem o perfil que o mercado solicita” (professor 05. este professor foi diretor durante 3 mandatos, num total de 14 anos).

A explicação para esta atitude, segundo a concepção deste professor, resume-se à idéia de que a mulher não está preparada para o trabalho no campo, o que leva a deduzir que a própria escola não acredita na formação que é dada às mulheres, o que leva mais uma vez a concluir que esta é diferenciada daquela dada aos homens.

Para os empregadores em geral, a explicação dada para a recusa a contratação de mulheres é similar a estes depoimentos:

“nunca houve mulher pois não há alojamento para mulher, só para homem, só para peãozada. Por causa do serviço pesado também, estiva, sacaria, para isso a mulher não tem como fazer” (empregador 01)

“não, não houve oportunidade. Eu não discriminei, mas não houve candidatas. Na verdade a preferência é por homem por causa do alojamento. Imagine jogar uma mulher no meio de vinte homens? Em acho até que uma mulher pode ser uma boa aquisição, porque a mulher é muito organizada quando se propõe a fazer uma atividade. Mas a questão é que eu não tenho mesmo infra estrutura”(empregador 02)

Assim como as escolas não possuem alojamentos femininos, os empregadores também não possuem alojamento para as mulheres. Mais uma vez percebe-se nexos entre o espaço de formação e o espaço da produção. Estes vínculos reforçam as diferenciações entre ser homem e ser mulher e acentuam os preconceitos de gênero no contexto investigado.

Como nenhum dos três Colégios possui um programa de acompanhamento de egressos, não foi possível conseguir dados oficiais sobre o quantitativo de técnicos e técnicas empregados na sua área de formação. Comenta-se que existem atualmente muitos técnicos atuando no Piauí, especialmente nas áreas de Cerrados, e em estados circunvizinhos como Maranhão, Tocantins, Bahia. Estão trabalhando em geral para empresas/fazendas de médio e grande porte que possuem maior capacidade econômica para manter um grupo de funcionários fixo durante todo o ano, mesmo no período de entressafra. Na contramão desta realidade masculina apontado pelos sujeitos, sabe-se que “são pouquíssimas as mulheres que conseguiram furar esse bloqueio”, conforme relatou esta técnica atuando profissionalmente no mercado há seis meses:

“Fácil não foi pra mim conseguir este emprego. Na verdade, antes de terminar o curso eu já falava pro pai que queria trabalhar com ele lá na serra. Mas ele achava que eu não tava falando sério, que eu não ia ter coragem de subir e ficar lá com ele pra tomar de conta do serviço. Daí, que eu comecei a ir pra lá só acompanhando, porque ele também falou que não tava precisando de funcionário no momento. Daí que houve um problema com o nosso gerente e a esposa dele, e eles tiveram que voltar pro sul. Daí então eu insisti com o pai e o meu tio, que é sócio dele, e eles então me colocaram no lugar do (...) gerente”. (Ex-aluna 02)

Depois de vencer a barreira da desconfiança e conseguir trabalho como gerente de uma grande fazenda produtora de soja, o passo seguinte é provar a sua competência profissional, pois a mulher, quando inserida em espaço masculino, tem que “mostrar o tempo todo que é competente”. E isso foi relatado e demonstrado pela única mulher técnica agrícola entrevistada que está exercendo esta função:

“Geralmente eu me saio muito bem no que faço. Lógico que serviços mais pesados na empresa há funcionários que são pagos para isso. Os serviços que eu faço: Eu auxilio muita atividade; principalmente na época da planta (novembro/janeiro) onde requer muita disposição para abastecer plantadeira, vigiar e monitorar funcionários, quando acontece de quebrar algum equipamento, estar alerta para consertá-lo; em época de “conservação” das plantas (milho, soja, arroz...) estar atenta para possíveis ataques de lagartas e doenças; época de colheita, no recebimento e comercialização, estar sempre ligada no que acontece no mercado: seja uma queda de preço, bons ou ruins compradores, e na entressafra cuidar e manter a empresa em dia” (Ex-aluna-gerente de fazenda).

Esta entrevistada destacou como pontos positivos no exercício do seu trabalho, “o fato de estar sempre aprendendo, e é claro, um bom salário acompanhado de uma ótima comissão”. Como desvantagens “ter que largar uma possível faculdade, família, amigos, a vida urbana”. Sair do ambiente urbano, ainda que seja de uma pequena cidade, e assumir o trabalho e a vida no campo foi apontado como uma barreira a ser transporta por mulheres e homens que fazem o curso técnico agrícola.

Ainda de acordo com alguns depoimentos, há uma parcela significativa de egressas dos colégios agrícolas inseridas no setor de serviços ligados ao agronegócio. As competências adquiridas no curso técnico ajudam-nas a desempenharem as funções de vendedora no comércio de máquinas e implementos agrícolas, insumos, fertilizantes; assistentes de escritório de empresas de planejamento e assistência técnica rural, recepcionistas, atendentes de empresas agropecuárias. Nestes espaços, além da

formação básica requisitada, os conhecimentos específicos ligados à agricultura e à pecuária são um diferencial no momento da seleção de pessoal. Se por um lado isto representa possibilidade de emprego para as mulheres, por outro lado representa reproduzir os estereótipos que associam a mulher às atividades “burocráticas”, por entenderem que as atividades de campo são mais masculinizantes, e as de escritório, feminilizantes.

Desta forma, percebe-se que a inserção do técnico ou técnica agrícola no mercado do agronegócio não é só uma questão de competência profissional. Pelo contrário, é resultante da forma como as relações sociais entre homens, e mulheres são materializadas culturalmente..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretender chegar a generalizações que, muitas vezes, tendem a abstrair os contextos regionais e locais, faz-se aqui algumas considerações sobre as relações de gênero estabelecidas no âmbito das escolas agrotécnicas federais do Piauí. É importante ressaltar que essa temática mostrou-se demasiadamente ampla e exigiu, em um primeiro momento, um trabalho exploratório um pouco abrangente, o que abriu um imenso campo de problemas que demandam estudos mais específicos. Vale ressaltar ainda que ao mergulhar nessa temática e escolhê-la como campo privilegiado de estudo, busca-se a compreensão da construção (e desconstrução) da identidade generificada da educação profissional agrícola, bem como da subjetividade de homens e de mulheres que fazem a história da educação no Piauí.

A partir das informações coletadas, das falas, das práticas observadas, pode-se constatar que a diferença de sexo no espaço da formação e do trabalho agrícola gera diferenciações, que em última instância, se transformam em discriminações, estereótipos ou preconceitos de gênero que marcam sobretudo a participação feminina tanto no espaço das escolas de formação quanto da produção agropecuária. Dessa forma, “ser homem” ou “ser mulher” nas escolas agrotécnicas e no mercado do agronegócio piauiense faz muita diferença.

Por estar difundido na cultura local que a “agropecuária é serviço prá homem” em função de ser uma atividade que demanda grande esforço físico para realização dos serviços que caracterizam-na, criou-se, desde a origem dos Colégios agrícolas uma identificação destes com o público masculino. Isso fez com que as três escolas atendessem inicialmente apenas alunos homens no curso de Técnico em Agropecuária.

Gradativamente, as mulheres começaram a romper as barreiras que as afastavam dos colégios agrícolas e passaram a formar uma pequena parcela em um universo ainda predominantemente masculino.

A participação da mulher no mercado do agronegócio ainda é muito tímida no contexto investigado. Apesar de este ser um setor em expansão no estado, principalmente nas regiões de cerrados, as mulheres ainda estão na condição de “auxiliares”, seja no ambiente da formação ou da produção agropecuária. Basta ver que em duas associações de produtores das mais importantes áreas de cerrados piauienses, não constava o nome de nenhuma mulher como produtora associada. Essa não participação efetiva das mulheres como empreendedoras leva as alunas a uma situação de desmotivação para o exercício técnico da profissão;

A inserção do técnico agrícola no mercado empregador é fruto de uma política sexista que tem privilegiado os homens e excluído as mulheres do exercício efetivo da profissão de técnica/agrícola. Nesse ponto, constatou-se a existência de nexos entre o espaço da formação – que indica somente homens ex-alunos para os empregadores, os quais, por sua vez, solicitam às escolas que - lhes mande “bons técnicos” para cumprir estágio ou então para serem funcionários das suas empresas/fazendas. Sob a alegação de só possuir alojamento para homens, todos os empregadores admitiram já ter contratado homens técnicos agrícolas, mas nenhuma mulher técnica agrícola. A ausência de alojamento feminino, tanto nos colégios quanto nas fazendas, reflete o preconceito de que o trabalho agropecuário é “serviço de homem”, como disseram e demonstraram na prática vários sujeitos do universo pesquisado.

Sabe-se que um ensino agrícola “politicamente correto” quanto a questão do gênero não será garantia de maior participação feminina no mercado agropecuário, uma vez que outras variáveis sociais interferem nesse quadro. Contudo, acredita-se que as escolas agrícolas podem desempenhar importante papel no sentido de oportunizar àquelas mulheres que ingressam no curso técnico em agropecuária, maiores e melhores condições de permanência na escola, bem como facilitar a sua inserção no mercado empregador e empreendedor, através de programas que priorizem o desenvolvimento igual e integral de mulheres e homens que fazem a agricultura e a pecuária no Estado do Piauí.

Muito ainda precisa ser feito para melhorar a vida de mulheres e homens que vivem no campo e nas cidades. Não se pode permitir que a escola seja mais um espaço de reprodução de preconceitos contra quem quer que seja, mulher, homem preto,

branco, rico ou pobre. É preciso colocar a escola como um espaço capaz de produzir relações mais igualitárias entre os seres humanos. Capaz de minar qualquer forma de autoritarismo, discriminação ou sexismo. Assim a escola estará efetivamente contribuindo para formar cidadãos e cidadãs livres, conscientes, produtos e produtores de novas relações sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina - Educação & Realidade*. Jul/ dez 1995

CRUZ, Maria, Helena Santana. *Trabalho, Qualificação, Competências e Saberes Sociais*. In: Cenários e Personagens Plurais Estudos de Gênero do 9º Encontro da CEDOR. Teresina: O Povo, 2002.

CUNHA, Ari Donato da Costa. *Nos Labirintos do Poder*. In: Cenários e Personagens Plurais. Estudos de Gênero do 9º Encontro da REDOR. Teresina: O Povo, 2002.

ENQUITA, Mariano F. *A face oculta da escola*. Educação e Trabalho no Capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GUERRA, Oldênia Fonseca. *Relações de Gênero nas Escolas Agrotécnicas Federais do Piauí: entre diferenças e preconceitos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Educação da UFPI.(183 pag.) Teresina, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *A Escola e a Produção das Diferenças Sexuais e de Gênero*. In. *Cadernos de Educação*. CNTE. Nº 10, dez / 1998.

MACHADO, Nilson José. *O Futuro do Trabalho e a Educação*. Notas Brevíssimas para uma História das Relações entre o Mundo do Conhecimento e o Mundo do Trabalho. São Paulo, 1995.

O QUE É GÊNERO?; um novo desafio a ação das mulheres trabalhadoras rurais. Brasília: MJU / CNDM; TEM, 2001.

VIANNA, Cláudia, RIDENTI, Sandra. *Relações de gênero e escola*: das diferenças ao preconceito. In: diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.